

VALCIR GASSEN

Organizador e autor

**EQUIDADE E
EFICIÊNCIA DA
MATRIZ
TRIBUTÁRIA
BRASILEIRA**

Diálogos sobre Estado,
Constituição e Direito Tributário

GRUPO DE PESQUISA
ESTADO, CONSTITUIÇÃO E DIREITO TRIBUTÁRIO

Faculdade de Direito – Universidade de Brasília – UnB



**EDITORA
CONSULEX**

BRASÍLIA-DF
2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 5

PREFÁCIO, 13

AUTORES, 25

CAPÍTULO I

MATRIZ TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: UMA PERSPECTIVA PARA PENSAR O ESTADO, A CONSTITUIÇÃO E A TRIBUTAÇÃO NO BRASIL

Valcir Gassen

1. Introdução, 27
 2. Concepções de sistema tributário e de matriz tributária, 28
 3. A cisão histórica entre estado e propriedade, 34
 4. A propriedade como direito pós-tributação, 38
 5. A extrafiscalidade como elemento de legitimação, 42
 6. Conclusão, 46
- Referências, 48

CAPÍTULO II

TRIBUTAÇÃO: SEU UNIVERSO, CONDICIONANTES, OBJETIVOS, FUNÇÕES E PRINCÍPIOS

Eugenio Lagemann

1. Introdução, 51
 2. A estrutura do universo da tributação, 52
 3. Fatores condicionantes de um sistema tributário histórico, 56
 4. Objetivos, funções e princípios da tributação, 58
 5. Princípios da justa distribuição da carga tributária, 60
 6. Progressividade, 66
 7. Conclusão, 69
- Referências, 70

CAPÍTULO III

ESTADO, IDEOLOGIAS E TRIBUTAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A FINALIDADE DO PODER DE TRIBUTAR

Guilherme Pereira Dolabella Bicalho

Valcir Gassen

1. Introdução, 71
 2. A crise da teoria da Constituição e a relevância teórica do Estado, 73
 3. A construção de estados e as ideologias do liberalismo e igualitarismo: do estado liberal ao estado social, 82
 4. Breve panorama da história constitucional brasileira: o estado moldado pela Constituição de 1988, 93
 5. As perspectivas do poder de tributar no Estado Social brasileiro: a finalidade da tributação, 102
 6. Conclusão, 108
- Referências, 109

CAPÍTULO IV

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA MATRIZ TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Cristiano Kinchescki

1. Introdução, 113
 2. A matriz tributária, 116
 3. O pacto tributário, 121
 4. A evolução do sistema tributário brasileiro, 131
 5. Conclusão, 143
- Referências, 145

CAPÍTULO V

(IN)JUSTIÇA SOCIAL POR MEIO DOS TRIBUTOS: A FINALIDADE REDISTRIBUTIVA DA TRIBUTAÇÃO E A REGRESSIVIDADE DA MATRIZ TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Augusto Cesar de Carvalho Leal

1. Introdução, 149
 2. A finalidade da tributação não se restringe à obtenção de receitas pelo Estado, 150
 3. O Estado Social e a finalidade redistributiva da tributação, 158
 4. A regressividade da matriz tributária brasileira, uma espécie de Robin Hood às avessas: redistribuição de riqueza dos mais pobres para os mais ricos, 176
 5. Conclusão, 189
- Referências, 190

CAPÍTULO VI

CRÍTICA À VISÃO LIBERTARISTA DO TRIBUTO E DO DIREITO TRIBUTÁRIO

Marciano Seabra de Godói

1. A questão atualmente já resolvida da identidade dogmática (mas não autonomia científica) do Direito Tributário, 193

2. Significado do tributo na ordem constitucional contemporânea, 195
 - 2.1. A postura libertarista, 196
 - 2.2. Para onde vão os recursos angariados com os tributos? O mito do tributo como combustível consumido exclusivamente nas atividades da máquina estatal, 198
 3. A postura libertarista cabe na Constituição de 1988?, 200
 4. Conclusões sobre a fundamentação ética, a natureza jurídica e o papel social do tributo no contexto atual, 203
- Referências, 204

CAPÍTULO VII

O PRINCÍPIO DA EQUIDADE NA REFORMA TRIBUTÁRIA DE 1965/1967: AS BASES DA MATRIZ TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Fernando Barbelli Feitosa

1. Introdução, 207
 2. Precedentes da reforma tributária de 1965/1967, 209
 3. Da reforma tributária brasileira de 1965/1967, 223
 - 3.1. Da Emenda Constitucional nº 18/65, 227
 - 3.2. Do Código Tributário Nacional, 234
 4. Da Constituição Militar de 1967/1969, 238
 5. Da Constituição democrática de 1988, 240
 6. Conclusão, 243
- Referências, 245

CAPÍTULO VIII

A TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL

Jamyl de Jesus Silva

Valcir Gassen

1. Introdução, 247
2. Os verdadeiros limites à tributação do patrimônio no Brasil: proibição do confisco e outras falácias, 249
 - 2.1. Uma leitura constitucional do efeito confiscatório da tributação, 249
 - 2.2. A posição atual (e ainda retrógrada) da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF – sobre a progressividade na tributação do patrimônio, 253
3. A (in)viabilidade do Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF, 257
4. A tributação do patrimônio como efetivo instrumento de justiça social, 263

- 4.1. Obstáculos velados ao aprimoramento da matriz tributária brasileira quanto à tributação do patrimônio: uma infeliz coincidência e uma conceituação necessária, 263
 - 4.2. A extrafiscalidade na tributação do patrimônio: prestígio aos valores da Constituição cidadã e busca da justiça social, 265
 - 4.3. Progressividade e outras polêmicas em tributos sobre o patrimônio, 270
 - 5. Perspectivas e possibilidades, 274
 - 6. Considerações finais, 278
- Referências, 280

CAPÍTULO IX

TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO: O ESFORÇO EM ONERAR MAIS QUEM GANHA MENOS

Pedro Júlio Sales D'Araújo

Sandra Regina da Fonsêca Paulino

Valcir Gassen

- 1. Introdução, 283
 - 2. A tributação sobre o consumo: contextualização inicial e análise expositiva dos principais tributos desta natureza no Brasil, 284
 - 3. A tributação sob o ponto de vista do princípio da capacidade contributiva, 293
 - 4. Cenário atual: o peso da tributação sobre o consumo na renda da população e possíveis alternativas, 302
 - 5. Conclusão, 312
- Referências, 313

CAPÍTULO X

A PERCEPÇÃO DE QUE OS DIREITOS TÊM CUSTOS E A JURISPRUDÊNCIA DO STF

Rodolfo Tsunetaka Tamanaha

- 1. Introdução, 317
 - 2. A constatação nada trivial de que os direitos custam dinheiro, 319
 - 2.1. Delimitação dos conceitos, 320
 - 2.2. Motivos pelos quais se costuma ignorar o tema dos custos dos direitos, 322
 - 2.3. A falácia da dicotomia: direitos positivos e direitos negativos, 324
 - 2.4. A faceta pública dos direitos individuais, 326
 - 3. A dimensão da influência de *The Cost of Rights* sobre a jurisprudência do STF, 328
 - 4. Conclusão, 335
- Referências, 336

CAPÍTULO XI**QUEM PAGA E NÃO DEVERIA VERSUS QUEM DEVERIA E NÃO PAGA: A EFICIÊNCIA NA RECUPERAÇÃO DE ATIVOS FISCAIS E SUA RELAÇÃO COM A EQUIDADE NA MATRIZ TRIBUTÁRIA***Kalyara de Sousa e Melo**Valcir Gassen*

1. Introdução, 337
 2. A tributação equitativa e a distribuição da carga tributária entre as faixas de renda, 339
 3. A recuperação do crédito por meio da execução fiscal e a sua (in)eficiência, 347
 4. Execução fiscal: princípio da eficiência e alternativas, 355
 5. Conclusão, 368
- Referências, 370

CAPÍTULO XII**BITRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL DAS PESSOAS JURÍDICAS BRASILEIRAS E JUSTIÇA FISCAL***Anderson Forbeck Battistelli*

1. Introdução, 373
 2. Soberania fiscal e globalização, 376
 3. Direito tributário internacional e direito internacional tributário, 380
 4. Elementos de conexão e princípios internacionais tributários, 383
 - 4.1. Princípio da territorialidade, 386
 - 4.2. Princípio da universalidade, 388
 5. Tributação das empresas sediadas no Brasil sobre os lucros e participações recebidos por meio de filiais, sucursais, controladas ou coligadas no exterior, 390
 6. Bitributação internacional e justiça fiscal, 396
 7. Tratados internacionais para evitar a bitributação, 400
 8. Conclusão, 405
- Referências, 407